



ASPL defende que docentes têm de ser ouvidos, esclarecidos e considerados nas decisões que afetam diretamente as suas condições de trabalho, a sua segurança e a sua saúde!

**ASPL solicita reunião urgente para esclarecimento sobre as condições de trabalho necessárias para os docentes, no presente ano escolar, em contexto da pandemia da COVID-19**

Tendo em conta a situação pandémica que o País e o mundo continuam a viver, devido à COVID-19, a **ASPL – Associação Sindical de Professores Licenciados continua muito preocupada com as condições de trabalho dos professores e dos educadores**, assim como dos alunos, no presente ano escolar. Por essa razão, através de **ofício enviado hoje ao Ministério da Educação, a ASPL reitera o seu pedido urgente de realização de reuniões**, feito em finais de junho e em inícios de julho, **para tratar das condições de trabalho** necessárias para os regimes previstos para o decurso do presente ano escolar, seja o regime presencial, misto ou o não presencial), assim como para **esclarecer várias questões que urgem clarificação**.

Defendendo que os docentes têm de ser ouvidos, esclarecidos e considerados nas decisões que afetam diretamente as suas condições de trabalho, a sua segurança e a sua saúde, a ASPL apela à tutela para que diligencie urgentemente a marcação de uma reunião, para análise de questões importantes como sejam: **a redução do excesso de burocracia existente nas escolas, que poderá aumentar com as exigências feitas aos docentes, nos pontos 4 das orientações da DGEstE, em todos os regimes de ensino previstos; a disponibilização dos instrumentos e condições de trabalho e teletrabalho; a subsídio ou dedução, em sede de IRS, das despesas inerentes à aquisição dos materiais e equipamentos de trabalho e de teletrabalho; a conciliação da vida profissional e a vida pessoal; o direito a desligar**, entre outras.

Tal como apontado em ofícios anteriores, a ASPL continua a considerar claramente **insuficientes as orientações emanadas pela DGEstE** relativamente às medidas e procedimentos para acautelar o risco de transmissão do vírus da COVID-19 e reitera a necessidade de a tutela fazer um esclarecimento escrito junto das direções dos agrupamentos e das escolas que o artigo 25º- A do Decreto-Lei n.º 20/2020, de 1 de maio, continua em vigor e que, portanto, **os docentes pertencentes a grupos de risco deviam poder continuar a ter o direito a especial proteção, devendo ser resguardados do serviço presencial**, mesmo quando se pretende, e bem, que o

**Presidência**

Montijo: Av. Luís de Camões, Lote A4 R/C Esq. – 2870 – 170 Montijo  
Telef. 212 307 900 Fax: 210 435 564 Telem. 919 538 998  
E-mail: [presidencia@aspl.pt](mailto:presidencia@aspl.pt)



ensino, na sua generalidade, funcione presencialmente.

Este entendimento da ASPL é corroborado pela Senhora Diretora-Geral de Saúde que, em conferência de imprensa, há dias, afirmou que a referida legislação continuava em vigor, e que, portanto, caberia ao Ministério da Educação e às direções das escolas decidirem, se os docentes pertencentes a grupos de risco poderiam ou não exercer a sua atividade em teletrabalho.

Neste seguimento, a ASPL solicita ao Ministério da Educação **que diligencie junto das direções das escolas no sentido de sempre que possível estes docentes, caso aceitem, continuem em regime de teletrabalho, em vez de serem obrigados, pelas suas condições de saúde, a entrarem em baixa médica**, pois para além de poder ser entendido como algo desumano, poderá levar a que muitos alunos não venham a ter professor, quando os podiam ter no regime não presencial.

De salientar que estes docentes, **pertencentes a grupos de risco**, “serão muito necessários ao sistema de ensino, mesmo para as crianças e jovens, que por também pertencerem a grupos de risco, não poderão frequentar a escola presencialmente, e em lado algum está disponível informação sobre esta realidade tão provável de acontecer e da qual já temos conhecimento de algumas situações!” Estes docentes serão também **muito importantes para o reforço das aprendizagens**, sobretudo ao nível dos apoios educativos, das coadjuvações, incluindo as coadjuvações em tutorias específicas.

Por último, a ASPL, no ofício enviado à tutela, apela também para “**que docentes portadores de doença oncológica ou outra doença onerosa**, abrangidos pela Mobilidade por Doença, em virtude de doença pelos próprios, **não sejam obrigados a ter serviço letivo atribuído**, como, lamentavelmente, já temos conhecimento de vários exemplos, que, para além de desumano, em muitas situações, também nos parece ser ilegal, pois no despacho que autorizou essa sua mobilidade, e bem, mantém-se essa possibilidade de não ter serviço letivo.”

Lisboa, 03 de setembro de 2020

Atenciosamente,

O Departamento de Informação e Comunicação da ASPL

#### Presidência

Montijo: Av. Luís de Camões, Lote A4 R/C Esq. – 2870 – 170 Montijo

Telef. 212 307 900 Fax: 210 435 564 Telem. 919 538 998

E-mail: [presidencia@aspl.pt](mailto:presidencia@aspl.pt)